

'Renegociar, mas com desenvolvimento'

Renegociar a dívida externa em função das necessidades do desenvolvimento brasileiro, e não o inverso, deve ser, na opinião do economista Carlos Alberto Cosenza, uma das prioridades do Governo brasileiro. Ele acha que a taxa de juros tem de se situar, no máximo, entre cinco e seis por cento e o crescimento interno de sete a nove por cento para que o País possa absorver, a cada ano, até três milhões de novos empregados.

Cosenza, que é também professor do Centro de Pós-graduação e Pesquisa Econômica (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que juros externos acima de seis por cento iriam absorver todo o superávit comercial gerado, além de obrigar a manter a acelerada desvalorização do cruzeiro, "o que é pago por toda a sociedade brasileira". Acrescentou ainda que os saldos comerciais crescentes transformam-se em cruzeiros e pressionam a base monetária acelerando a inflação.

Com relação à dívida externa, o economista enfatizou que é preciso que a Nova República tenha coragem de encarar o problema de frente e admitir que "é hora de parar de insistir em pagar um déficit de Cr\$ 150 trilhões com a emissão de títulos".

Para Cosenza, agora, já está valendo a pena emitir moeda para pagar o endividamento interno, pois a emissão de títulos é um instrumento de política monetária que está se esgotando e obrigando o Governo a administrar os juros artificialmente, elevando a taxa de juros disse. Isso, acrescentou, sem contar o fato de que toda a arrecadação dos quatro ou cinco anos futuros está comprometida e também que o mercado não tem mais como absorver o volume de papéis lançados pelo Governo.

O economista garante que a emissão não trará mais inflação, ao contrário do que dizem os economistas ortodoxos, porque permitirá ao Governo pôr em prática a única alternativa que resta, ou seja, "fazer crescer a economia".

Com a emissão de moeda, explica Cosenza, não será preciso manter o juro artificialmente alto, sendo possível, ao mesmo tempo diminuir a remuneração que o Governo paga quando vende papéis e aumentar o crédito através do sistema bancário oficial.

— A inflação não vai aumentar — concluiu — porque com o juro mais baixo, reduzindo o custo médio de produção e, em consequência, os preços, além de aumentar a oferta de empregos.